

Nome do Componente Curricular:

RECURSOS CIVEIS

Ementa:

Estudo do Sistema Recursal Brasileiro e da Ordem dos Processos nos Tribunais. Estudo dos Incidentes nos Tribunais. Estudo da Ação rescisória, da Reclamação e da Ação de Homologação de Sentença Estrangeira. Conceito de recurso. Análise da natureza jurídica dos recursos. Compreensão dos atos processuais sujeitos à recurso. Estudo do juízo de admissibilidade e do juízo de mérito dos recursos. Comparação entre o recurso principal e o recurso adesivo. Estudo dos princípios fundamentais do Direito Recursal (Princípio da Taxatividade; Princípio da Singularidade ou Unirrecorribilidade; Princípio da Fungibilidade e Princípio da Proibição da reformatio in pejus). Análise dos efeitos dos recursos (Devolutivo, Suspensivo, Translativo, Expansivo e Regressivo). Estudo das espécies recursais: Apelação, Agravo de Instrumento, Agravo Interno, Embargos de Declaração, Recurso Ordinário, Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário, Embargos de Divergência.

Objetivo:

Ao final do período letivo o aluno deverá ser capaz de identificar a natureza jurídica dos recursos. Estabelecer a diferença entre os recursos e as ações autônomas de impugnação. Compreender como funciona o sistema recursal através dos princípios fundamentais que o informam. Identificar os atos processuais sujeitos a recurso. Diferenciar o juízo de admissibilidade do juízo de mérito dos recursos. Compreender as consequências que o processo sofre com a interposição e o julgamento dos recursos. Diferenciar as espécies recursais, conhecendo as hipóteses de cabimento e o processamento de cada espécie. Estudar os Incidentes nos Tribunais e as Ações de competência originária dos Tribunais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Teoria Geral dos Recursos

- 1.1. Conceito. Natureza jurídica. Características dos recursos.
- 1.2. Recurso adesivo e recurso principal. Processamento do recurso adesivo.
- 1.3. Reexame necessário.
- 1.4. Atos processuais sujeitos a recurso.

UNIDADE II - Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito dos Recursos

- 2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos. Distinção.
- 2.2. Requisitos intrínsecos e extrínsecos dos recursos.

UNIDADE III - Princípios Fundamentais do Sistema Recursal

- 3.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.
- 3.2. Princípio da taxatividade.
- 3.3. Princípio da singularidade.
- 3.4. Princípio da fungibilidade.
- 3.5. Princípio da proibição da reformatio in pejus.

UNIDADE IV - Os Efeitos da Interposição dos Recursos

- 4.1. Devolutivo.
- 4.2. Suspensivo.
- 4.3. Translativo.
- 4.4. Expansivo.
- 4.5. Regressivo.
- 4.6. Diferido.
- 4.7. Obstativo.

UNIDADE V – Apelação

- 5.1. Conceito.
- 5.2. A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias não Preclusas;
- 5.3. Efeitos da Apelação.
- 5.4. Processamento da Apelação no primeiro e no segundo grau de jurisdição.
- 5.5. Possibilidade de inovar na Apelação.
- 5.6. Requisitos de Admissibilidade.
- 5.7. Prazo.

UNIDADE VI – Agravo de Instrumento

- 6.1. Noções Gerais.
- 6.2. Hipóteses de cabimento.
- 6.3. Efeitos da interposição.
- 6.4. Procedimento: Prazo e formação do instrumento.
- 6.5. Comunicação ao Juízo de primeiro grau e possibilidade de retratação.

UNIDADE VII - Agravo Interno

- 7.1. Conceito.
- 7.2. Finalidade.
- 7.3. Processamento.

UNIDADE VIII – Embargos de Declaração

- 8.1. Conceito e Cabimento.
- 8.2. Embargos com efeitos infringentes.
- 8.3. Embargos para efeitos de prequestionamento.
- 8.4. Procedimento: Prazo, efeitos, embargos protelatórios.

UNIDADE IX - Recurso Ordinário

- 9.1. Noções Gerais.
- 9.2. Conceito. Natureza. Competência.
- 9.3. Cabimento.
- 9.4. Requisitos de admissibilidade.
- 9.5. Processamento.
- 9.6. Efeitos.

UNIDADE X - Recurso Especial

- 10.1. Introdução. Histórico. Hipóteses de cabimento.
- 10.2. Requisitos de admissibilidade. O prequestionamento.
- 10.3. Procedimento de interposição. Admissão. Efeitos. O regime da retenção.
- 10.4. Recursos repetitivos.

UNIDADE XI - Recurso Extraordinário

- 11.1. Introdução. Histórico. Hipóteses de cabimento.
- 11.2. Repercussão geral como requisito específico de admissibilidade.
- 11.3. Repercussão geral em recursos extraordinários repetitivos. Prequestionamento.
- 11.4. Procedimento.
- 11.5. Efeitos. Finalidade.
- 11.6. Recurso extraordinário retido.

UNIDADE XII – Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

- 12.1. Cabimento.
- 12.2 Processamento.

UNIDADE XIII - Embargos de Divergência

- 13.1. Noções gerais.
- 13.2. Cabimento.
- 13.3. Finalidade.
- 13.4. Processamento.
- 13.5. Efeitos.

UNIDADE XIV- PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

- 14.1. Ação Rescisória: Considerações Gerais; conceito de decisão de mérito; natureza jurídica; pressupostos; rescisão x anulação da decisão; competência; legitimidade *ad causam* ativa e passiva; prazo; procedimento da ação rescisória; ação rescisória e *querela nullitatis*; ação rescisória e ação anulatória; ação rescisória e ação de nulidade.
- 14.2. Homologação de Decisão Estrangeira e Concessão do Exequatur à Carta Rogatória: Noções Gerais e inovações do CPC/ 2015; Requisitos; Competência; Procedimentos.
- 14.3. Reclamação: Introdução; Origem; Natureza Jurídica; Objeto; Procedimento da reclamação no CPC/2015.

UNIDADE XV – Incidentes nos Tribunais

- 15.1. Incidente de assunção de competência: noções gerais, requisitos, procedimento.
- 15.2. Incidente de arguição de constitucionalidade: noções gerais, cabimento, legitimidade, procedimento e efeitos.
- 15.3. Incidente de resolução de demandas repetitivas: introdução, cabimento, legitimidade, admissibilidade, processamento, efeitos.

Bibliografia Básica:

- DONIZETTI, Elpídio.

Curso Didático de Direito Processual Civil/Elpídio Donizetti. - 20^a edição. Revista atualizada e ampliada. – São Paulo: Atlas, 2017.

- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado / Marcus Vinícius Rios Gonçalves. – 8^a Edição – São Paulo: Saraiva, 2017. (Coleção Esquematizado / Coordenador Pedro Lenza).

- MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de Direito Processual Civil Moderno / José Miguel Medina. – 3^a Edição Revista, Atualizada e Ampliada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito Processual Civil Contemporâneo, Volume 02: Processo de Conhecimento, Cautelar, Execução e Procedimentos Especiais. 3^a edição. São Paulo: Saraiva. 2016 (livro digital).

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil / Cassio Scarpinella Bueno. – 3^a edição – São Paulo: Saraiva, 2017.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro /Alexandre Freitas Câmara. – 3^a edição – São Paulo: Atlas, 2017.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil, volume 3: Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões / Marcus Vinícius Rios Gonçalves. – 9^a edição de acordo com o Novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – São Paulo: Saraiva, 2016.
- MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Curso de Processo Civil – volume 2 – Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum – 2^a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- THEODORO Junior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – volume III / Humberto Theodoro Junior. 50^a edição revista, atualizada e ampliada – Rio de Janeiro: Forense, 2017